



XX Congresso Brasileiro de Fruticultura
54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture
12 a 17 de Outubro de 2008 - Centro de Convenções – Vitória/ES

DESTINO E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREAS DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO NORDESTE

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos¹; Elza Maria Franco Braga²

¹Ms Desenvolvimento Agrícola CPDA, UFRRJ; Doutoranda Sociologia (UFC) Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical. helenira@cnpat.embrapa.br; ²Doutora em Sociologia (UNAM, México); Pós-Doutorado (Universidad Autonoma de Barcelona, U.A.B., Professora Sociologia (UFC). pomelza@ufc.br;

INTRODUÇÃO

No semi-árido do Nordeste o uso de estratégias para solucionar o flagelo da seca, não é recente. Pesquisa do Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC, 1989), cobrindo um período de oitenta anos (1850 a 1930), mostra que a seca era o pretexto recorrente para justificar a estagnação do Ceará. Fenômeno natural e cíclico, a seca tem forjado inflamados discursos que se fundam no atraso da lavoura, na penúria da população e nas constantes migrações, justificando a reentrância de intervenções do Estado, que respondia com medidas paliativas, a exemplo da construção de estradas, açudes e de outras obras no interior das grandes propriedades. Data de 1881 a construção da primeira grande barragem no Estado, inaugurando a existência de áreas irrigadas de modesta inovação técnica, mais voltada para agricultura de subsistência. Essa via, que perdurou até 1950, mediada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), centrava sua política na construção de barragens e açudes, demarcando a chamada a fase hidráulica e que serviu como bem analisa Diniz (2002, p. 22) “mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas”.

Em meados do Século XX, as teorias desenvolvimentistas reconfiguram o aparato estatal, inovando as vias do intervencionismo federal no Nordeste, tendo na SUDENE, BNB e CODEVASF as referências dessa reconfiguração institucional. Em 1996, instaurou-se um “Novo Modelo de Irrigação” com o objetivo de promover programas estruturantes para o crescimento econômico do campo, pautado no uso de inovações para aumentar a competitividade de complexos agroindustriais e de determinadas cadeias produtivas. Baseada na implantação de áreas irrigadas localizadas e bem sucedidas do ponto de vista econômico, cujas referências mais emblemáticas são o Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte (ANDRADE, 2005; MOTA,



XX Congresso Brasileiro de Fruticultura
54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture
12 a 17 de Outubro de 2008 - Centro de Convenções – Vitória/ES

2005), essa alternativa chamou a atenção para o potencial da região Nordeste enquanto espaço adequado à expansão da fruticultura, estimulando à implantação de inúmeros projetos.

Os espaços rurais do Ceará, que tinham sua economia baseada na pecuária, extrativismo e agricultura de subsistência, destacaram-se despertando o interesse das empresas nacionais e multinacionais vinculadas ao agronegócio. Ao longo deste trajeto, dos vinte e sete dos perímetros irrigados construídos no Nordeste, o Ceará conta com nove áreas, abrangendo as bacias hidrográficas do Jaguaribe, Salgado, Curu e Acaraú, demarcando a tendência de consolidação de pólos agroindustriais moldados em padrões de alta competitividade para atendimento do mercado internacional de produtos agroalimentares. Três grandes projetos de irrigação encaixam-se nessa nova forma de organização: Tabuleiro de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú, sendo esse último considerado um modelo de referência.

Localizado na região norte do Estado, o Baixo Acaraú, iniciado em 2001, está dotado de moderna infra-estrutura, idealizada, primordialmente, para produção de melão, tendo em vista o mercado internacional. Problemas prematuros na produção e comercialização evidenciaram a histórica perpetuação das dependências dos recursos estatais. Como estratégia para promover a emancipação dos produtores, o DNOCS, em 2004, celebrou uma parceria com a Embrapa para implantação de um projeto de transferência de tecnologia, visando a emancipação dos irrigantes. A substantiva alteração nas relações sociais e de trabalho, constatada ainda na fase de diagnóstico desse projeto foi o fenômeno que motivou a presente investigação.

MATERIAL E MÉTODO

Admitindo a hipótese de que uma via de desenvolvimento rural exógeno, a exemplo da implantação de áreas irrigadas, exclui agricultores familiares e alteram os condicionantes da vida comunitária, ou seja, as relações cotidianas, as interações no trabalho, as formas de lazer, demarcado por um processo de desterritorialização, o estudo de caso sobre os sujeitos que vivem no perímetro irrigado do Baixo Acaraú, responde aos seguintes questionamentos: Quem são, quanto e como vivem os assalariados temporários? Como se reconstruíram as sociabilidades nesta área? Quais as possibilidades de organização política desta agricultura familiar deslocada de seus locais e modos de vida?

A observação participante, entrevistas intensivas e as análises de documentos, técnicas tradicionalmente usadas pela etnografia, associadas ao longo tempo de nossa permanência em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais, permitem



caracterizar este estudo de caso como de tipo etnográfico (ANDRÉ, 2002). Uma outra característica deste tipo de estudo que é a ênfase no processo, e não no produto ou nos resultados finais, justifica porque seu desenvolvimento se deu a partir da formulação de uma hipótese, transitando por um percurso teórico, que não exige a sua testagem. O plano de pesquisa, aberto e flexível, está transcorrendo desde 2004, época em que se iniciou o projeto de transferência de tecnologia, na área do estudo, a partir da percepção da alteração da paisagem social em porções do semi-árido Nordeste, espaço rural, tradicionalmente, caracterizado por diversificados sistemas de exploração, pontilhados pelas lavouras de subsistência e a criação de pequenos animais. Quantificar e localizar estes trabalhadores temporários foi o passo inicial da pesquisa. Em seguida, analisar por meio de conversas, entrevistas e observações constantes os destinos desta população desalojada, a (re) configuração de sociabilidades e as possibilidades de reorganização política dos novos assalariados delinearam o quadro desta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Grupos de trabalhadores caminhando por entre as ruas do perímetro, adentrando ou saindo de seus locais de trabalho (os lotes), assemelhavam-se ao movimento dos trabalhadores em portas de pequenas fábricas, aguçando nossa imaginação sociológica com sua seqüência de perguntas. Indagados sobre a representatividade desses trabalhadores no agropólo, os dirigentes do Distrito Administrativo do Baixo Acaraú (DIBAU), revelaram um total desconhecimento em relação a quantidade dos mesmos. Sabiam apenas que eram pessoas da região que moravam no entorno e que a maioria vivia antes dentro do perímetro. Um levantamento feito com uso de questionários constatou que o trabalho assalariado representava 78,6% da força de trabalho do perímetro, em condições de trabalho assalariado e temporário.

As técnicas dialógicas e de observação mostraram que a paisagem modificada retrata um processo no qual uma agricultura familiar, por força de desapropriação dos seus meios de produção, se reencaixa no antigo local de morada pela via do assalariamento, provocando uma necessidade de reordenamento das estratégias de trabalho, cujos desdobramentos são: a perda de uma atividade fixa e de uma proteção social, uma ruptura com a relação tempo-espaço, enfim a exclusão de um sistema econômico. As dificuldades de acesso à terra, para garantia de reprodução social da família, deslocaram seus membros para distintas atividades agrícolas, ou não agrícolas, tanto em locais mais distantes como no entorno do perímetro. A ruptura entre produção e consumo para família contribuiu para



formação de uma pequena estrutura comercial para aquisição de alimentos no entorno do DIBAU, que além de local de compra, constitui-se ponto de encontro desses novos assalariados. 58,8% consideram que o projeto não criou centros de lazer, manifestando opinião que o açude e o rio substituem tal lacuna. O lazer pesa como importante elo de sociabilidade entre as pessoas. Quando se tenta mensurar as iniciativas de associativismo percebe-se que é muito reduzido o número de trabalhadores que participa de qualquer associação comunitária ou qualquer outro movimento social. A maioria dos assalariados (92,3%) informou pertencer ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, deixando claro que esta ligação se associa à necessidade de serviços assistenciais e recebimento da aposentadoria. Tudo indica que o significado de participação está mais associado ao direito à assistência social, do que a possibilidade de participação efetiva, como sujeitos atuantes, influenciando no curso dos acontecimentos. Esta dinâmica que pode ser transitória, não permite opiniões otimistas em relação à capacidade de organização política desses assalariados.

CONCLUSÕES

Em coerência com a orientação metodológica que dá ênfase ao processo, o trabalho não propõe conclusões. Algumas considerações, contudo, são cabíveis. A implantação do projeto de irrigação alterou a estrutura demográfica: vilas e povoados cresceram numa paisagem marcadamente agrícola. Centenas de pessoas afluíram para as cidades expulsas de suas casas em busca de emprego. Acentuou-se a dependência das famílias pobres em relação ao salário como fonte de reprodução, confirmando uma das tendências de destino das unidades familiares de produção: o aumento do número de assalariados rurais submetidos a extenuantes jornadas, sem proteção social. A reestruturação produtiva verificada está marcada por um processo de desenraizamento. Como bem observado por Diniz (2003), o projeto de irrigação gera um processo de desterritorialização, ocasionado pela perda da territorialidade anterior e pelas contradições entre o novo modelo de produção desenvolvido no projeto e o sistema de exploração tradicional, enfim uma nova ordem sócio-espacial, pois o ato de desterritorializar significa uma perda de referencial, processada pela desarticulação cultural e social.

Acredita-se, assim, que o grande desafio para que os excluídos do mundo rural possam ser incluídos no modelo em curso, necessária seria a adoção de um padrão de desenvolvimento baseado em caminhos endógenos, no qual a perspectiva de formação de cidadania ao invés de apregoar a ideologia do consumo seja substituída por parâmetros de equidade social, nos quais a noção de cidadania se vincule ao acesso dos direitos econômicos e sociais.



XX Congresso Brasileiro de Fruticultura
54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture
12 a 17 de Outubro de 2008 - Centro de Convenções – Vitória/ES

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRÉ, Maria Eliza D. A. *Etnografia da prática escolar*. 7ª Ed. São Paulo: Papirus, 2002.

IMOPEC. Ceará – a crise permanente do modelo exportador. Fortaleza, CE. Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC, p.1850-1930. 1989.

MOTA, Dalva M. da. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Série BNB **Teses e Dissertações** Nº 1, Fortaleza: BNB, 2005.

DINIZ, A. S. *A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão*. In: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) *Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VASCONCELOS, Helenira E. M. Atores, **sistemas produtivos e relações de trabalho na criação do pólo frutícola do perímetro irrigado do Baixo Acaraú**. In XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, PE. 2007.

20080725_185445